

Projetos Internacionais são administrados pela Fap

Os números não são exatos nem estão atualizados, mas estima-se que o Brasil invista hoje pouco mais de 1% do seu Produto Interno Bruto em pesquisa e desenvolvimento. As agências de fomento nacionais têm uma capacidade limitada de investimento. As razões para números modestos na área de investigação científica são muitas, mas há quem afirme que, na verdade, somos um país jovem nessa área e que a tendência é de crescimento. De fato, a pesquisa científica como a conhecemos hoje tem sido realizada no país há apenas cerca de sessenta anos. Exemplos de países jovens que investem muito em pesquisa não faltam e o resultado é um avanço considerável em conhecimento. Pesquisadores brasileiros, entre eles os da Unifesp, têm encontrado financiamento para a investigação científica se associando a grupos internacionais ou mesmo sendo financiados diretamente por instituições estrangeiras. Esses recursos são administrados pela Fundação de Apoio à Unifesp (Fap) e utilizados pelos pesquisadores para despesas com material de pesquisa, viagens, inscrições em eventos e demais despesas decorrentes da investigação.

A professora **Heimar Marin** realiza um estudo sobre Informática Médica para Saúde Global há dez anos com recursos vindos das universidades de Harvard, de 1999 a 2009, e San Diego, com início em 2010 e previsão de conclusão para 2014. Essas instituições americanas são apoiadas pelo NIH (National Institutes of Health), um centro de fomento à pesquisa dos Estados Unidos. A profa Heimar faz parte de um grupo que ministra cursos de informática em saúde no Brasil e em Maputo, capital e maior cidade de Moçambique: "Na África, é preciso saber o que eles estão pre-

De 2009 a 2011, o total de recursos internacionais captados por pesquisadores da Unifesp e administrados pela Fap totalizaram R\$ 5 milhões

parados para receber e não o que se pode dar em termos de informação", declara Marin. "Aprende-se muito com uma situação como esta", conclui. Heimar Marin graduou-se em Enfermagem em 1983. Fez o mestrado em 1991 e o doutorado em Ciências Biológicas (Biologia Molecular) em 1994, pela Unifesp. Fez o pós-doutorado em Informática Clínica no Center for Clinical Computing, Harvard Medical School, de 1996 a 1998. É professora titular da Universidade Federal de São Paulo. Desde março de 2010 é Coordenadora Executiva do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação da Unifesp. É membro do Comitê Gestor do Hospital São Paulo, eleita pelo Conselho Universitário.

A relação da profa. **Regina Succì** com financiamentos internacionais de pesquisa começou há pouco mais de dez anos

através de um e-mail enviado pela Westat, uma agência norte-americana de fomento à pesquisa: "Tive um prazo curtíssimo para mandar uma proposta de trabalho. Eles queriam saber de tudo: quantos pacientes eu tinha, o que eu fazia com eles, enfim todo o meu trabalho", diz Regina. Respondidas as perguntas, ela recebeu a visita de uma equipe que veio ao Brasil para



ARQUIVO PESSOAL



avaliar o seu trabalho. Ela foi aceita com dois projetos, na verdade: um que faz o acompanhamento das gestantes com o HIV positivo, durante a gestação, o parto e os bebês depois de nascidos, e outro, com crianças sabidamente infectadas pelo HIV. Ambos financiados pelo NIH (National Institutes of Health) e administrado pela Westat." Houve um treinamento, apesar do protocolo ser relativamente simples, por se tratar de uma observação sem qualquer intervenção", acrescenta Succì. A intenção do projeto era saber como acontecia a infecção pelo HIV em gestantes e em crianças na América Latina. Esse projeto tinha uma duração prevista para cinco anos. Terminaria, portanto, em 2011 mas foi prorrogado por mais cinco. O projeto tem como objetivo saber como são tratadas as crianças. "Elas, assim como as mães, recebem o 'coquetel' e é por isso que a transmissão vertical é tão baixa no nosso meio", explica a profa. Regina. "O último bebê que nasceu infectado foi em 2008", revela ela. As crianças nascem sem a infecção por serem expostas, dentro do útero materno, à medicação. O acompanhamento é feito até os quinze anos de idade. Alguns trabalhos mostram que crianças nascidas de mães infectadas e que recebem o "coquetel", respondem de maneira diferente às vacinas, podem ter manifestações metabólicas. Por que isso acontece é o que a profa. Regina e sua equipe estão estudando. "Elas não têm a infecção pelo HIV. Não têm aids, muito pelo contrário, o que se tem verificado é que elas têm uma hiperreatividade imune exatamente porque foram expostas precocemente aos remédios", revela. Num primeiro momento, de 2002 a 2007, o projeto incluiu 125 pacientes crianças e pré-adolescentes e 70 mulheres grávidas e seus bebês. Na atual investigação, prevista para mais cinco anos, a orientação foi incluir um número bem menor por conta da verba que diminuiu substancialmente: no acompanhamento atual, são 25 mães e seus bebês. "Infelizmente, esse trabalho se encerra em novembro de 2011, mas vamos nos dedicar por mais um ano à coleta e a correção de dados. A ideia foi saber como é o comportamento da doença, quais as drogas que nós usamos, como é a reação da população latino-americana comparando com outros grupos estudados nos EUA, Europa e Ásia", explica Regina. Ela acres-

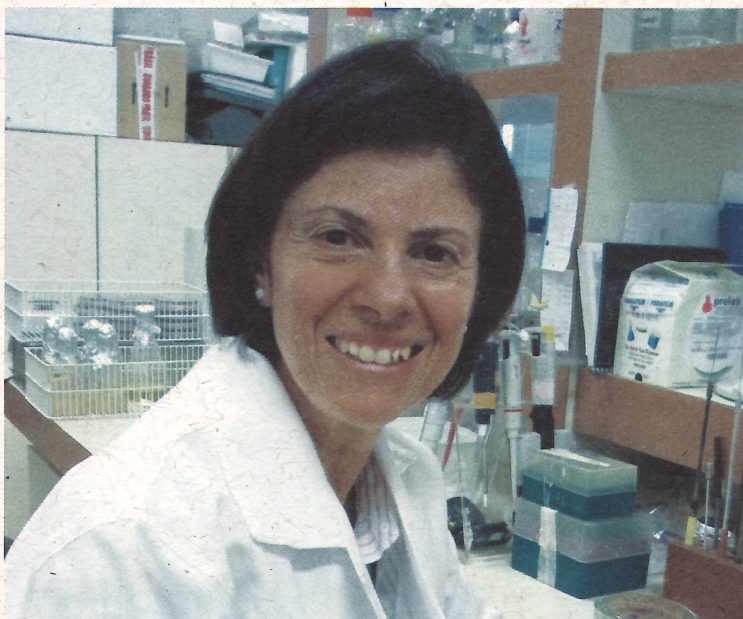
centa que o treinamento recebido pela sua equipe melhorou substancialmente o trabalho: "Você aprende a registrar dados de forma coerente, aprende a enviar dados, selecioná-los etc.". Uma vez por ano há uma reunião de todos os investigadores principais em algum dos países participantes da pesquisa: México, Argentina, Brasil e muitas publicações sobre o assunto têm sido feitas. "Aprendemos muito com essas reuniões e adquirimos uma experiência enorme sobre as características do HIV." Regina Succì elogia o trabalho feito no país para o controle da infecção pelo HIV: "O DST-aids no Brasil funciona magnificamente. Temos diagnósticos com testes moleculares disponíveis e de graça e fora daqui isso não é tão simples assim", completa Succì. Os diagnósticos precoces e a intervenção para todas as gestantes fazem com que elas não transmitam o vírus para os seus bebês. A profa. Regina Succì e sua equipe recebem a verba que vem do exterior mensalmente, conforme o número de pacientes atendidos e os exames realizados no mês anterior: "A Fap faz todo o processo de conversão do dinheiro e administra um valor médio de US 20 mil usados em todas as despesas e compra de material. É muito bom para o investigador não ter que se preocupar com a parte financeira da pesquisa". Com o corte na verba do NIH/Westat, Regina Succì pretende continuar realizando o trabalho nacionalmente. "Precisaríamos de um financiamento do Ministério da Saúde, mas eu tenho a impressão de que eles não veem o nosso trabalho como investimento. Colher, selecionar e manter um banco de dados não é muito simples e custa caro", lamenta. A profa. Regina Succì formou-se em Medicina na Unicamp em 1971 e chegou à Unifesp (Escola Paulista de Medicina à época) no ano seguinte para fazer a Residência Pediátrica. Até 1987, não teve nenhum vínculo formal com a EPM. A partir desse ano, veio para a Escola como médica comissionada e prestou concurso em 1997, tornando-se docente. Atualmente é chefe da Disciplina de Infectologia Pediátrica. Há alguns anos, Regina Succì, já mãe de dois pares de gêmeos, adotou mais três crianças. "A quem se espanta, eu costumo dizer que eu tenho muito mais do que os meus sete filhos. Tenho todas as crianças e adolescentes que passam pelo nosso ambulatório", diz ela com orgulho.



Avaliar os riscos microbiológicos na cadeia de produção da carne bovina destinada à exportação brasileira é o objetivo de uma investigação científica patrocinada pela Comunidade Europeia coordenada por um instituto de pesquisa do governo irlandês que trabalha com a carne e tem sede em Dublin. A responsável por essa pesquisa na Unifesp é a profa. **Beatriz Guth**, docente da disciplina de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia. A USP (Universidade de São Paulo) também participa do projeto, cujo nome é ProSafeBeef. O trabalho é feito em um dos maiores frigoríficos produtores de carne bovina do país, localizado no interior de São Paulo. Os recursos vindos da Comunidade Europeia são administrados pela Fap: "A Fundação é muito séria, mas talvez as coisas poderiam ser um pouco mais simples. Temos que obedecer a uma série de regras. Esse dinheiro é usado basicamente para a pesquisa: compra de material básico, idas e vindas das pessoas envolvidas na coleta de campo, no interior do estado, aluguel de carro etc. Já o material mais específico, como reagentes, roupas e luvas, eu prefiro fazer a compra e a Fap me ressarcir. "Uma porcentagem, se eu não me engano de 10%, fica com a Fap, o que é muito justo porque ela faz todo o trabalho de administração do dinheiro e a compra de materiais gerais", diz a profa. Beatriz, que explica ainda que a sua equipe é uma parte de um dos pilares da pesquisa geral que analisa a segurança microbiológica. Outras equipes do mesmo projeto avaliam, por exemplo, se as embalagens são seguras, fazem o rastreamento do produto do frigorífico ao seu destino final, a qualidade nutricional da carne ou, ainda, se há resíduos químicos. Beatriz Guth é formada em Biologia pela Universidade de São Paulo. Foi contratada pela Unifesp em 1982. Concluiu o mestrado e o doutorado na Escola Paulista. "Na verdade, eu vim para cá para fazer um estágio de iniciação científica. Comecei a trabalhar com o prof. [Luiz Rachid] Trabulsi e fui ficando. Contrata-da como docente, prestei concurso e me tornei professora titular. Hoje estou envolvida na docência com as aulas de graduação, na pós-graduação e na pesquisa. Sou vice-chefe do Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia da Unifesp"

O projeto do qual participa **Luiz Roberto Ramos** começou no CDC (Center for Diseases Control), órgão equivalente ao nosso Ministério da Saúde, de onde saem as decisões relativas à saúde pública e que tem uma linha de financiamento de pesquisa nos EUA. Ele explica que o órgão tem uma seção de promoção de saúde que dispõe de uma verba, votada pelo Congresso americano, para financiar as grandes universidades em projetos com essa finalidade. "Diminuir os fatores de risco são os cuidados com a alimentação, a prática de exercícios físicos regulares e a prevenção de maus hábitos, como o uso excessivo de bebidas, o fumo e as

drogas. Nesse momento, entram os PRCs (Prevent Research Centers) que organizam campanhas, principalmente, para a medicina preventiva e a promoção de hábitos saudáveis nos Estados Unidos. Pela primeira vez, o órgão americano quis promover saúde a partir das universidades americanas e, que se lançaram num projeto de promoção de atividade física no 3º Mundo. Alguns desses PRCs se articularam com universidades brasileiras. O de St. Louis, no estado do Missouri, se articulou com a Unifesp. "Em 2005, o grupo foi formado pelo Agita São Paulo, um representante do Ministério da Saúde, um da Organização Panamericana de Saúde, um da St. Louis University e os do Center for Disease Control, que estavam bancando", explica Ramos. O nome escolhido para o grupo foi GUIA, uma sigla sem muito sentido em inglês, mas que em português dá bem o tom do que a gente queria", brinca ele. A partir daí, o trabalho recebia uma verba anual de US\$ 170 mil por ano. Na primeira fase do projeto, foi feita uma revisão da literatura existente sobre o assunto no Brasil, um estudo de uma iniciativa em Curitiba e outro em Recife. Chegou-se à conclusão de que o único aspecto da atividade física estudado e comprovado como eficiente foram as aulas de educação física nas escolas públicas. As Academias da Cidade,



RICARDO COMES

implantadas pelo governo de Pernambuco na cidade do Recife, foram outra iniciativa estudada pelo grupo de Ramos. São locais com aparelhos para exercícios e corrida abertos ao público com a supervisão, em dois horários por dia, de instrutores. Mais de 2 mil pessoas da cidade foram entrevistadas e ficou demonstrada a eficiência do projeto. Tanto que o governo pernambucano promete estendê-lo "a todos os municípios do Estado". O Ministério da Saúde, entendendo que a iniciativa é benéfica e factível, pretende criar uma "Academia da Saúde" em todos os municípios do Brasil: um local público, aberto, onde é possível fazer atividade física de graça com um orientador em alguns horários do dia. "Isso de certa forma mostra que o nosso trabalho foi útil ao estudar uma iniciativa com ótimos resultados", diz Ramos. Em Curitiba, o modelo, segundo Ramos, é menos reprodutível. E depende de muita mobilização. "São vários eventos ao longo do ano como Caminhada pela Saúde, Encontro no Parque tal etc. Para você montar isso, precisa ser uma cidade como Curitiba com menos de 2 milhões de habitantes", explica Luiz Roberto. Concluído esse projeto, outro estudo pretende compreender como o sistema de saúde brasileiro está se portando com relação à atividade física dos cidadãos. O foco é saber se os profissionais que atendem a população, como o médico e a enfermeira, estão preparados para ações que promovam a atividade física. "Algo como usar os cinco minutos finais da consulta para perguntar para o paciente o que ele tem feito em termos de atividade física nos últimos meses, se pretende parar de fumar, adotar hábitos

saudáveis e atitudes que poderiam melhorar a qualidade de vida dele", conta. Não se tem ainda um resultado dessa investigação, mas a ideia, caso se mostre um baixo índice de convencimento do profissional da saúde quanto à eficácia de atividade física, é introduzir a "cultura" do exercício físico nas ações dos profissionais da rede pública de saúde. Esse mapeamento será encaminhado para o Ministério da Saúde pelo grupo de Ramos. "Nós disponibilizamos os resultados das nossas pesquisas e eles farão o que acharem mais conveniente". Em São Paulo, iniciativas desse tipo teriam que levar em conta as características da cidade: grandes distâncias, dificuldades de locomoção, clima instável. Ramos acredita que as alternativas aqui seriam a implantação de equipamentos em praças ou até mesmo em unidades básicas de saúde para que as pessoas pudessem se exercitar. Esse projeto começou em 2004 nos EUA, no Brasil em 2005, e vem sendo renovado desde então, mas a crise americana fez com que o orçamento do CDC fosse diminuído "brutalmente", como analisa Ramos. "Precisamos encontrar alternativas para que a pesquisa não sofra uma interrupção e que possamos continuar municiando o Ministério da Saúde com dados sobre a prática de atividade física



RICARDO GOMES

pelos cidadãos brasileiros". Neto de Jairo Ramos, um dos fundadores da Escola Paulista de Medicina, Luiz Roberto Ramos é filho de outro personagem importante da história da instituição, Osvaldo Ramos. Hoje, é o chefe do departamento de Medicina Preventiva.

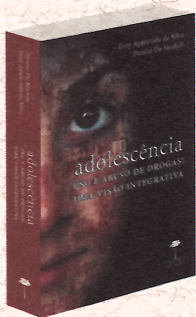
O projeto do professor **Jens Baumgarten** sobre o ensino de História da Arte é "enorme", segundo ele mesmo. Começou com a apresentação de um projeto para a Getty Foundation, com sede em Los Angeles (EUA). Em agosto de 2010, o diretor do

Instituto de Pesquisa da instituição visitou o Brasil com a intenção de conhecer o país, o contexto universitário e museológico e, sobretudo, a Unifesp. Mas outras universidades brasileiras foram visitadas, como a USP, a Unicamp, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a UFRJ, e a Universidade Federal da Bahia, em Salvador. O projeto do professor Jens se encaixou num programa da Getty Foundation chamado "Connecting Art Histories" aberto a instituições e pesquisadores internacionais e interdis-

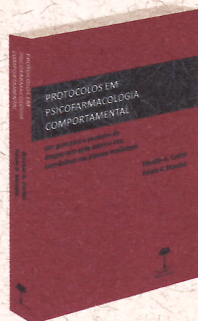
disciplinares, principalmente para países com dificuldade de financiamento. Com o professor Tristram Weddigen, da Universidade de Zurique, Jens montou um projeto que une as duas universidades numa espécie de rede internacional de História da Arte, relacionando pesquisa com ensino. "Não podemos mais discutir Conhecimento de Arte sem que os alunos possam também na graduação participar de grupos de pesquisa", afirma ele. A previsão deste projeto é de 6 anos e compreende a troca de informações entre os professores e alunos através de intercâmbio: "A cada semestre, um professor de Zurique vem dar aulas na Unifesp e um professor daqui vai para Zurique fazer o mesmo", conta Jens,

explicando que o período de "troca de ideias" é de 2 a 4 semanas. O professor Jens Baumgarten graduou-se em História Geral pela Universidade de Hamburgo em 1990. Concluiu o mestrado em 1996 e o doutorado em 2002, na mesma universidade. Pós-graduou-se na Universidade Nacional Autônoma do México em 2003, na Unicamp em 2004, na Universidade de Dresden em 2003, na Universidade da Basileia em 2004 e na Unicamp em 2005. É professor adjunto da Unifesp. **Ep**

Lançamentos da Editora Fap-Unifesp



Autor: Eroy Aparecida da Silva
Denise De Micheli
1ª edição, 2011, 16 x 23 cm, 792 páginas
ISBN: 978-85-61673-29-1
Preço: R\$ 100,00
Áreas de interesse:
Psiquiatria, Psicologia, Sociologia
e Epidemiologia,



Autor: Elisaldo A. Carlini
Fúlvio R. Mendes
1ª edição, 2011, 18 x 25,5 cm,
400 páginas
ISBN: 978-85-61673-31-4
Preço: (no prelo)
Áreas de interesse:
Psicofarmacologia e Psicologia



EXPEDIENTE

Ação Fap é uma publicação da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo. **Presidente:** Durval Rosa Borges **Vice-Presidente:** Luiz Roberto Ramos **Diretor Administrativo:** Conceição Vieira da Silva Ohara **Diretor de Ensino:** Sílvia Helena Souza da Silva Batista **Diretor de Pesquisa:** Afonso Celso Pinto Nazário **Diretor Financeiro:** Akira Ishida **Editor:** Ricardo Gomes (Mtb 17.118) **Editora de Arte:** Adriana Garcia **Assistente de Arte:** Henrique Lourenço **Tiragem:** 3.000 exemplares **Fap-Unifesp** Rua Dr. Diogo de Faria, 1087, 8º andar, cj. 801, CEP 04037-003, Vila Clementino, São Paulo - SP **Tel:** (11) 3369-4000 **Atendimento:** sac@fapunifesp.edu.br

IMPRESSÃO



55 11 5543-1100